

A burguesia interna brasileira e a integração regional da América do Sul (1991-2016)

Brazilian internal bourgeoisie and the South American regional integration (1991-2016)

TATIANA BERRINGER | berringer.tatiana@ufabc.edu.br
Professora de Relações Internacionais da UFABC

Recebimento do artigo Maio de 2017 | **Aceite** Junho de 2017

Resumo Neste artigo pretendemos trazer algumas reflexões sobre a relação da burguesia interna brasileira e o Mercosul. Propomo-nos a responder a seguinte indagação: qual é a relação entre a posição política ideológica dessa fração e o baixo compromisso político do bloco? Dividimos a história do Mercosul em cinco fases: 1991 e 1994 - período da criação; 1995 a 1998 - período da consolidação do bloco; 1999 a 2002 momento de crise; 2003 a 2008 o relançamento do bloco e o arquivamento da ALCA; a última fase que tem início em 2008 e vai até 2016, momento do impeachment da presidenta Dilma. A nossa hipótese é que desde 2008, e mais especialmente de 2012 em diante, abriu-se uma nova fase em que a burguesia brasileira passou a questionar os contornos políticos do bloco. Isso se deve primeiramente à própria posição econômica, política e ideológica dessa fração de classe, e conjuntamente a quatro elementos: 1) as pressões do capital financeiro e do imperialismo sobre os governos latino-americanos; 2) o novo papel que a China desempenha na economia regional; 3) a fraqueza política ideológica da grande burguesia interna brasileira; 4) a equivocada análise de que o Brasil estaria isolado face aos mega acordos comerciais inter-regionais que estavam sendo negociados. **Palavras-Chave** Burguesia interna brasileira; Mercosul; Integração regional.

Abstract This article aims to give some reflections on the relationship between the character of Brazilian internal bourgeoisie and the profile of the Mercosur regional integration. We propose to answer the following question: what is the relationship between the interests and character of this fraction and the existence of the block? We have divided the relations of large internal bourgeoisie with Mercosur in five phases: 1991 to 1994 period of creation; 1995-1998 period block consolidation; 1999 to 2002 time of crisis; 2003 to 2008 relaunching the block and out FTAA; the last phase which begins in 2008 and runs until the moment when the text is written (march 2016). Our hypothesis is that since 2008, and more especially from 2012 onwards, opened a new phase in which the Brazilian bourgeoisie began to question the character and real existence of the block. This is due to economic, political, ideological position of this class fraction and conjecturally to four elements: 1) the pressure of finance capital and imperialism on the latin american governments, 2) the new role that China plays in the regional economy; 3) the ideological political weakness of the great Brazilian internal bourgeoisie; 4) the mistaken analysis that Brazil would be isolated compared to the mega inter-regional trade agreements that were being negotiated. **Keywords** Brazilian internal bourgeoisie; Mercosur; Regional integration.

Introdução

Do ponto de vista histórico, a integração regional, em especial, a aproximação entre os Estados brasileiro e argentino, é recente. Apesar de muitas tentativas de criar uma aliança política como os Pactos ABC em 1907, 1909, 1915 e 1953, ou de estabelecerem acordos comerciais como Área de Livre Latino-americana e Caribenha (ALALC, 1960) e a Associação Latino-americana de Integração (ALADI, 1980), o Tratado de Itaipu (1979) e os acordos de cooperação militar e nuclear entre os Estados brasileiro e argentino marcaram o início de uma nova era história da geopolítica da Bacia do Prata, que se aprofundou com a criação do Mercosul em 1991, e com a criação da Unasul em 2008.

A despeito disso, o processo de integração regional dos últimos 35 anos não foi linear e, tampouco constituiu estruturas rígidas e profundas que permita afirmar que já há uma institucionalidade supranacional, capaz de suplantar os Estados-nacionais. O Mercosul e a Unasul configuram-se como arranjos intergovernamentais, com baixa institucionalidade e reduzido grau de compromissos políticos. Atualmente apresentam-se muitas incertezas sobre o do Mercosul, especialmente, em função dos contextos políticos e econômicos no Brasil, na Argentina e na Venezuela, que são os principais atores da integração sul-americana. Neste artigo pretendemos apresentar como se deu o envolvimento e a organização da grande burguesia interna brasileira com os processos de integração regional na América do Sul nos anos 1990 e 2000. Buscamos investigar quais são os interesses dessa fração de classe e como eles refletem na posição política-ideológica face à postura do Estado brasileiro na região e no mundo.

Burguesia interna é um conceito elaborado por Nicos Poulantzas (1978) para pensar a relação entre frações de classe e a economia mundial a partir da internacionalização da produção nos anos 1970. Esse conceito serviu para o autor analisar a relações entre as burguesias da periferia da Europa com os Estados Unidos nessa nova fase do imperialismo em que a divisão internacional do trabalho não mais se configura como a clássica separação entre agricultura e indústria, mas que existe um processo de internalização da produção imperialista nas formações sociais dependentes. A burguesia interna é uma fração intermediária entre a burguesia compradora e a burguesia nacional, ela mantém uma relação de dependência tecnológica e financeira face ao capital externo, mas sua produção é prioritariamente voltada ao mercado interno (e regional). A posição política-ideológica face ao imperialismo não é anti-imperialista, pois há uma dissolução político-ideológica dessa fração que a impede de formular um projeto e estabelecer alianças com as classes populares como a burguesia nacional, de acordo com Mao Tse Tung e outros marxistas. Apesar disso, para garantir a sua sobrevivência ou a sua concorrência diante dos produtos estrangeiros ela precisa da proteção do Estado, o que resulta em aceitar conflitos pontuais com o imperialismo como políticas protecionistas, políticas de financiamento, política de conteúdo local, etc.

Seguindo as formulações de Poulantzas e os estudos sobre o bloco no poder no Brasil realizados por pesquisadores do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp, como Armando Boito Jr (1984), Francisco Farias (2010), Danilo Martuscelli (2015), e esta autora (2015), assim como a formulação original de Jacob Gorender (1981) em “A burguesia brasileira”, defendemos que a burguesia interna brasileira, que entre 1930 e 1980 era predominantemente industrial, e atualmente aglutina um rol maior de setores econômicos, caracteriza-se por ser uma burguesia interna. Isto é: é uma fração integrada à economia mundial de maneira subalterna e dependente, mas, ao mesmo tempo, concorre e conflitua com o capital externo quando este ameaça a sua sobrevivência.

Cabe dizer que a fração de classe é, para nós, uma aglutinação temporal e/ou conjuntural. Não se trata apenas de uma clivagem estrutural, determinada pela posição na esfera da produção ou da circulação de capital. As frações de classe se formam a partir dos efeitos pertinentes gerados pelas políticas estatais (políticas de juros, câmbio, de financiamento, de salários, etc) ou pela dinâmica da economia mundial e das negociações econômicas internacionais. Em relação à política externa, a divisão entre as frações pode

se dar também em relação às parcerias estratégicas: aliança com Estados imperialistas, políticas isolacionistas, políticas expansionistas ou a busca do aumento da margem de manobra em relação a esses Estados. Primeiramente, haverá uma diferença determinada pela posição do Estado na estrutura de poder internacional: se imperialismo ou dependente. Ademais, consideramos a política de comércio exterior (abertura comercial, tarifas protecionistas e acordos de livre-comércio, união aduaneira, etc) como um elemento importante da política internacional dos Estados, o que nos difere da corrente realista dos estudos de relações internacionais.

A existência do Mercosul é, para nós, um elemento de comprovação da existência da burguesia interna e conflitos entre capitais nacionais e externos, a despeito da internacionalização e da financeirização do capital. Não fosse a existência de uma burguesia interna a economia brasileira teria uma abertura comercial ainda maior que a adotada nos 1990, a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) teria sido aceita. Com isso, contrapomo-nos às teses que sustentam a tendência à transnacionalização do capital e à formação de uma burguesia mundial¹. Ademais, divergirmos das teses de Florestan Fernandes (1976) e Rui Mauro Marini (2000) que caracterizam a burguesia brasileira como dependente ou como *lumpen* burguesia, por integrarem-se ao capital internacional e se submeterem integralmente ao imperialismo. Acreditamos que ambos conceitos ocultam a presença do conflito ainda que pontual, entre a burguesia brasileira e o capital forâneo. Tampouco permitem pensar que há fracionamentos e conflitos entre a burguesia industrial e a burguesia agrário-exportadora no Brasil.

Por outro lado, é o caráter dessa fração, em especial, a sua fraqueza política-ideológica que determina que o Estado brasileiro leve a cabo um projeto de integração de baixa institucionalidade, que mantém o intergovernamentalismo do Mercosul, com reduzido grau de compromissos entre os Estados-parte. Isso se deve à dependência financeira e tecnológica da grande burguesia interna em relação ao capital externo, que a leva a não aceitar projetos anti-imperialistas e populares e, iniciativas de integração regional com fortes contornos políticos. Mas, ao mesmo tempo, essa fração precisa da proteção do mercado interno e regional para os seus produtos e investimentos. Por isso, ela aceita conflitos pontuais com o imperialismo, mais ligados à esfera econômica como o aumento de tarifas protecionistas ou políticas de financiamento e estímulo à exportação e à internacionalização de empresas na região. Nos anos 2000 o Mercosul tornou-se um projeto que incomodou aos Estados Unidos, pois, limitou o seu acesso aos mercados locais e permitiu uma coordenação política entre os Estados que culminou na rejeição à Alca e na criação da Unasul.

Para analisar a relação entre a burguesia brasileira e os processos de integração regional, dividimos a história do Mercosul em cinco fases. A primeira corresponde ao período de criação entre 1991 e 1994; a segunda ao período de implantação do bloco entre 1994 e 1998; a terceira, entre 1999 e 2002, corresponde à crise interna e à participação do bloco nas negociações econômicas internacionais da ALCA, Mercosul-União Europeia e OMC; a quarta fase, entre 2003 e 2008, que houve um relançamento do bloco a partir da eleição de Lula no Brasil e Kirchner na Argentina, terminando com a criação da Unasul; e, por fim, o último e quinto momento que teve início com a eclosão da crise financeira internacional em 2008, a ascensão econômica da China, a criação do BRICS e, posteriormente o golpe de Estado no Paraguai, a aprovação da entrada na Venezuela no bloco e o impeachment da Presidenta Dilma.

Na atual fase acreditamos que o Mercosul vive um processo de crise interna decorrente do impacto das importações chinesas e do enfrentamento do capital financeiro internacional e do imperialismo às políticas neodesenvolvimentistas no Brasil e na Argentina. Enquanto a Unasul, por seu turno, tem demonstrando avanços, especialmente nos projetos comuns na área de defesa e de integração regional, como a criação da Escola Sul-americana de Defesa (ESUDE) em 2015 e as obras que fazem parte do Conselho (Cosiplan). Interessa-nos entender como a grande burguesia interna brasileira, a principal beneficiária do

1 Para saber mais sobre isso ver: Martuscelli (2010).

Mercosul em função do acesso aos mercados de manufaturados tem se comportado diante dos desafios e dilemas que o bloco enfrenta. Faz-se necessário entender como isso se relaciona com a dinâmica da economia e da política internacional e nacional, e com as demais iniciativas da política externa brasileira, em especial a relação com os Estados Unidos e com o BRICS. Vejamos então como essas questões se inter-relacionaram nos últimos vinte e cinco anos.

1991 e 1994: a criação do Mercosul e as primeiras percepções da burguesia interna brasileira sobre os benefícios do bloco

No período de criação do Mercosul, entre 1991 e 1994, os Estados brasileiro e argentino adotaram e implementaram, cada um ao seu ritmo, as políticas neoliberais (privatizações, abertura comercial e desregulamentação financeira e trabalhista). Por isso, há uma divergência entre as análises de política externa brasileira acerca do papel do bloco na estratégia de inserção internacional do Estado brasileiro, que podem ser resumidas em três vertentes: (I) o processo reforçava o alinhamento aos Estados Unidos, em especial, a “Iniciativa para as Américas” lançada em 1990 que pressupunha a criação de uma zona de livre-comércio hemisférica e refletia a renovação da política de *Big Stick* dos EUA para a região (Pecequillo, 2012); (II) o Mercosul era uma expressão dos interesses do empresariado brasileiro, inscrito nos ideários neoliberais, que visavam a “integração competitiva” da economia brasileira através da abertura comercial e do aumento das exportações. Corresponhia, portanto, a um nacionalismo não defensivo (Sallum Jr, 2011); (III) a integração regional visava à busca por autonomia, sendo, portanto, um contraponto ao “americanismo” da política externa de Collor (Casarões, 2011).

A burguesia industrial brasileira, apesar de não ter participado de maneira ativa do processo de criação, demonstrou apoio ao bloco logo nos seus primeiros anos, pois os setores que compõem essa fração notaram que se tratava de oportunidade para o aumento das exportações de manufaturados. Durante os governos Collor e Itamar, o Mercosul era visto tanto como compensação diante parte das perdas internas que a abertura comercial trazia como um complemento a essa. Ou seja, o processo de integração comercial era um dos pilares da política neoliberal. Assim, a criação do bloco acabou produzindo efeitos sobre a organização política dos empresários brasileiros, em especial a Fiesp, a CNI passaram a estabelecer relações com as burguesias industriais dos Estados vizinhos, buscando vínculos mais profundos na região (Berringer, 2015).

É importante destacar que o Estado brasileiro entre 1993 e 1994 lançou a iniciativa de expansão do Mercosul através da tentativa de criação da Área de livre-comércio Sul-americana –ALCSA–, o que representou a busca por maiores mercados para as exportações brasileiras. Além do fortalecimento do papel do Estado na região enquanto líder político, aumento o seu poder para atuar junto aos Estados imperialistas.

Cabe lembrar que o Mercosul foi desenhado como parte da Iniciativa para as Américas e dentro da estratégia de “integração competitiva”, supracitados. De um lado, deveria cumprir a função de ajustes para a implantação de uma área de livre comércio hemisférica, como a proposta da ALCA apresentada na Cúpula de Miami em 1994. Nesse sentido, a criação do bloco estaria em consonância com a estratégia de *regionalismo aberto* defendida pela Cepal (2000b). Isto é: integração que visasse articular a liberalização comercial e a integração regional, visando inserir as economias locais à economia mundial, seria alcançado pela adoção de tratados de livre-comércio. Ao mesmo tempo, o bloco favorecia os interesses do empresariado brasileiro interessado no aumento das exportações. Esse setor via o neoliberalismo como uma oportunidade para reduzir os custos da produção interna, através da redução da carga tributária e dos direitos trabalhistas, a agenda conhecida como “integração competitiva”, parte do projeto neoliberal.

1994 a 1998: “Os anos gloriosos do Mercosul: um espaço para a burguesia interna brasileira”

Entre 1994 e 1998, as trocas intra-bloco cresceram exponencialmente, favorecendo as burguesias locais, e as empresas multinacionais instaladas nos territórios do Cone Sul (Sabbatini, 2003). Com a adoção da tarifa externa comum (TEC) e da tentativa de criação da União Aduaneira, o bloco passou a ganhar contornos políticos, tornando-se um ator internacional, que garantiu maior poder de negociação dos Estados-parte, e especialmente do Estado brasileiro, nas negociações econômicas internacionais (ALCA, Mercosul-União Europeia e OMC) (Mello, 2000).

A partir de 1996, a burguesia industrial brasileira, através da Confederação Nacional da Indústria – CNI –, passou a integrar o Fórum Consultivo Econômico e Social (FCES), acompanhando as negociações econômicas internacionais e buscando soluções para os contenciosos comerciais intra-bloco. O empresariado passou a estabelecer relações diretas com os empresariados dos países-membros a fim de garantir a expansão dos seus negócios. O principal exemplo foi o acordo automotivo entre o Estado brasileiro e o argentino firmado em dezembro de 1998 (Berringer, 2015).

O referido acordo nasceu das negociações entre os empresários após a reclamação do setor automobilístico argentino de necessidade de proteção dos seus produtos face aos brasileiros, em especial, aqueles produzidos na Zona Franca de Manaus, pois, seriam beneficiados pelos incentivos fiscais do Estado brasileiro. Com a mobilização dos empresariados dos dois países, a Reunião dos Ministros e a Cúpula dos Presidentes, lograram firmar um acordo que previa 60% de nacionalização das autopeças produzidas nos países-membros e 35% de tarifa externa comum para importação de países terceiros.

A partir de 1996, parcela importante da burguesia industrial brasileira começou a mostrar forte descontentamento em relação à abertura comercial levado a cabo pelo Estado brasileiro nos governos FHC. Preocupada com os avanços nas negociações da criação da ALCA, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) decidiu criar a Coalização Empresarial Brasileira (CEB), a fim de acompanhar as negociações e unificar o posicionamento do empresariado brasileiro. A CEB foi a primeira articulação nacional e multissetorial que o empresariado brasileiro organizou, o que demonstra o efeito que as negociações da ALCA produziram para a aglutinação da grande burguesia interna brasileira que irá se beneficiar do Mercosul ao longo dos anos 2000. Em 1997, Fórum Empresarial das Américas, reunião que integrava o conjunto das negociações da ALCA, teve sede no Brasil. Ali decidiu-se que o acordo seria firmado entre os blocos, e entre Mercosul e Nafta, e os compromissos seriam firmados de maneira unificada. Nota-se, com isso, que a burguesia industrial brasileira passou a defender o Mercosul com maior engajamento. A percepção de que a Alca poderia eliminar os ganhos adquiridos com a criação do bloco do Cone Sul, acabou levando à mobilização dessa fração da classe dominante a fim de garantir seus interesses na integração regional existente até então.

1999 e 2002: A crise do Mercosul, a ameaça da ALCA e a aglutinação da grande burguesia interna brasileira

A vulnerabilidade econômica resultante da implantação do neoliberalismo fez com que, entre 1999 e 2002, o Mercosul vivesse um período de crise, que corresponde à terceira fase do

bloco. A crise cambial brasileira, decorrente da crise asiática e mexicana e da debilidade econômica acentuada pela adoção das políticas neoliberais nos governos FHC, repercutiu diretamente na relação entre as duas principais economias do bloco (Brasil e Argentina), abalando a integração existente até então. As trocas intra-bloco diminuíram e a imposição de salvaguardas e protecionismos aumentou de ambos os lados. Restou aos Estados-membros articular via Mercosul uma posição coordenada de resistência e negociação não automática em relação à ALCA. Posição esta que em 2002 estava bastante consolidada, e que contou com ampla participação da burguesia interna brasileira através da Coalizão Empresarial Brasileira (CEB) (Berringer, 2015).

A CEB cumpriu o papel de aglutinação dessa fração de classe que denominamos a grande burguesia interna brasileira. Defendemos que nos anos 2000 essa fração se fortaleceu no Brasil, aglutinando diferentes setores, entre eles: a indústria de manufatura, a construção civil, as estatais, as mineradoras, o agronegócio e, periféricamente, algumas multinacionais instaladas no país. Em resumo, é possível dizer que os setores exportadores (agronegócio, têxtil, etc) tinham uma postura mais favorável à aprovação do acordo, enquanto os setores ligados à indústria química, automobilística, e máquinas e equipamentos eram mais reticentes. Como então os diferentes setores que integravam a CEB acabaram confluindo para uma mesma posição de rejeição à ALCA?

Antes de respondermos à questão, cabe lembrarmos que a ALCA colocava em xeque a continuidade ou não do Mercosul e, pressupunha o aprofundamento do neoliberalismo ortodoxo, já que incluía a liberalização produtos, serviços e a proteção aos investimentos externos. Além disso, o ponto nodal foi a percepção de que a liberalização seria unilateral, já que os Estados Unidos não apresentavam contrapartida esperada, especialmente pelo agronegócio: a diminuição dos subsídios agrícolas. Por isso, estes diferentes setores econômicos, se juntaram e passaram a reclamar por mais financiamento para as exportações, por um reforço da política de integração regional e por uma negociação mais firme nas negociações econômicas internacionais, em especial na ALCA, Mercosul-União Europeia e OMC (Berringer, 2015).

Além disso, nesse período (entre 1998 e 2002) houve três iniciativas importantes para que a integração regional assumisse contornos mais políticos. O primeiro foi a aprovação do Protocolo de Ushuaia em 1998, que estabeleceu o compromisso democrático entre os Estados membros do Mercosul. A segunda foi a criação do Tribunal Permanente de Revisão – Protocolo de Olivos em 2002—, a terceira foi a convocação da reunião com os doze presidentes sul-americanos em Brasília no ano 2000, que resultou na criação da Iniciativa para Integração em Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), inserindo novos elementos na relação entre esses Estados e, reunindo, pela primeira vez os 12 Estados do subcontinente. Apesar dessas iniciativas, permanecia uma forte demanda para que o Mercosul ganhasse um novo impulso e pudesse superar a crise iniciada em 1999. Assim, nas eleições de 2002, observa-se forte defesa da grande burguesia interna em relação à integração regional (CNI, 2002).

2002 a 2008: o relançamento do Mercosul e o fortalecimento da burguesia interna brasileira

Logo que foi eleito, no final de 2002, Lula declarou que a integração regional seria uma prioridade da atuação internacional do Estado brasileiro. Assim, coordenou junto com o Presidente Fernando Henrique Cardoso o Grupo de Amigos da Venezuela, que contribuiu para a chegada de alimentos e combustíveis naquele país, no momento de grave crise política. No início de 2003, a primeira visita presidencial de Lula para outro Estado foi para a Argentina. Como Néstor Kirchner havia acabado de assumir a presidência daquele Estado, os dois reafirmaram suas agendas de campanha eleitoral, demons-

trando disposição em relançar o Mercosul e avançar na integração política da região. Assim, em 2004, entrou em vigor a Solução de Controvérsias do Mercosul, foi instalado o Tribunal Permanente de Revisão, e, foi criado o Fundo para Convergência Estrutural Mercosul (FOCEM)². No ano seguinte, foi assinado o Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul e deu-se seguimento às Cúpulas Sociais do bloco.

Além do fortalecimento do Mercosul, o Estado brasileiro também buscou avançar sobre o projeto de aproximação entre Mercosul e Comunidade Andina das Nações (CAN), o Equador e a Colômbia se tornaram membros associados ao bloco. Em 2006, aprovaram a entrada da Venezuela como Estado-membro do bloco. E o Estado brasileiro firmou acordos de complementação econômica (ACE) com o Peru (2005), Equador, Colômbia, Venezuela (2004) e Cuba (2006).

Ainda em 2004, na III Reunião de Presidentes da América do Sul, em Cusco (Peru), foi criada a Comunidade Sul-americana das Nações (CASA). Essas iniciativas e a proximidade com os governos vizinhos, em especial com aqueles que se colocavam no campo político crítico ao neoliberalismo ortodoxo – Chávez na Venezuela, Kischner na Argentina, Tabaré Vasquez no Uruguai e mais tarde Evo Morales na Bolívia, Fernando Lugo no Paraguai – contribuíram para que houvesse um posicionamento coordenado dos Estados sul-americanos nas negociações da Alca, levando ao arquivamento da proposta em 2005.

Segundo Honório (2013) a reunião de Cusco foi um ponto de inflexão no regionalismo sul-americano, pois, introduziu novos eixos na integração regional. “[...] Temas como luta contra a pobreza, eliminação da fome, geração de emprego, acesso à saúde e a educação deram o tom desse novo momento do regionalismo na região (HONÓRIO, 2013, p.48-49)”. Três anos depois, em 2008, sob pressão de Hugo Chávez a Casa acabou dando origem à formação da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL – (Ruiz, 2010). Por meio dessa iniciativa o Estado brasileiro logrou aprofundar a coordenação política entre os Estados sul-americanos e introduziu novos temas e prioridades no processo de integração sul-americana como os projetos de infraestrutura, desenvolvimento e segurança. A Unasul incorporou a IIRSA ao Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) e criou diversos outros Conselhos como o de saúde, o de desenvolvimento social, educação, cultura, ciência e tecnologia, economia e finanças, drogas e defesa. O mais importante foi este último: o Conselho de Defesa Sul-americano. Segundo Vigevani e Ramanzini (2013, p.26) “A absorção da iniciativa IIRSA pela formação do Cosiplan, assim como a formação do Conselho de Defesa sul-americano e o apoio à formação do Banco do Sul representam novidades importantes na forma como o Brasil atua em temas que exige coordenação”.

Destaca-se ainda a importante atuação da Unasul contra o acordo militar entre os Estados Unidos e a Colômbia, e contra a tentativa de golpes de Estado na Bolívia e no Equador em 2008. A criação da Comunidade dos Estados latino-americanos e caribenhos (CELAC) em 2010, ao incorporar os mecanismos institucionais do Grupo do Rio, criado em 1986, reforçou e expandiu o diálogo político entre os 33 Estados-membros, que se comprometeram a cooperar em projetos de desenvolvimento da região.

A prioridade conferida à integração regional durante os governos Lula pode ser explicada por dois motivos: (I) por entender que a integração regional é o melhor instrumento para o fortalecimento da posição política e econômica da região e, em especial, para a posição do Estado brasileiro na estrutura de poder internacional; (II) em função das vantagens econômicas que a burguesia interna brasileira poderia obter com o aumento das exportações de produtos e capitais para essa região. No conjunto das ações entre 2003 e 2008 a política do Estado brasileiro de fortalecimento da integração regional obteve apoio da grande burguesia interna, exceto algumas ações como a renegociação da Petrobras na Bolívia, a revisão do

2 Cabe dizer que o Estado brasileiro se comprometeu a contribuir com 70% dos recursos do Focem, que na época foram estimados em 70 milhões de dólares. Esses recursos foram destinados a projetos sociais e de infraestrutura nos países vizinhos, sendo que o Uruguai e o Paraguai recebiam 80% dos recursos e o Brasil e Argentina 20%. Nota-se também a abertura de uma linha de crédito do BNDES para financiar a venda de máquinas, componentes e peças fabricadas no Mercosul para o Brasil. E a aprovação de crédito para projetos na área de infraestrutura dos países vizinhos, entre eles: a construção de uma linha de transmissão de energia entre a hidrelétrica Itaipu e Assunção (Paraguai) e a construção e a montagem de uma tubulação de gás natural na Argentina, entre outros projetos. O BNDES também abriu uma subsidiária em Montevideu para facilitar os negócios na América do Sul.

Tratado de Itaipu com o Uruguai, a entrada da Venezuela e assinatura do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) em 2006 (Berringer, 2015).

Em relação à Petrobras na Bolívia e à renegociação do Tratado de Itaipu é importante dizer que se tratavam da realização de compromissos eleitorais dos presidentes Evo Morales e Fernando Lugo. O primeiro em função dos movimentos indígenas que lutavam desde 2003 pela nacionalização dos hidrocarburetos, a principal fonte de recursos da Bolívia. O segundo contava com a revisão do Tratado para aumentar a arrecadação do Estado e poder investir em políticas sociais e desenvolvimentistas. Não por acaso, esses dois episódios não receberam o apoio da grande burguesia interna e foram muito utilizados pela oposição político-partidária e pela mídia que passaram a propagandear a suposta “ideologização” da política externa brasileira.

Sobre o Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC), a burguesia interna demonstrou postura crítica em relação ao Estado vizinho, quando o mecanismo foi assinado em 2006. O presidente da CNI, Armando Monteiro Neto, declarou que “o mecanismo contraria o espírito da integração do Mercosul e gera um clima de retrocesso no desenvolvimento do bloco (Folha de São Paulo, 2006)”.

A entrada da Venezuela no Mercosul é um ponto que demonstra o caráter da grande burguesia interna. Apesar de a Venezuela ser um importante mercado para os produtos brasileiros e para os serviços das grandes construtoras, o receio de que a entrada daquele Estado, com uma política externa de maior enfrentamento discursivo com os Estados Unidos e União Europeia não é aceito por essa fração de classe no Brasil, dada a sua dependência tecnológica e financeira, e dada à sua fraqueza política e ideológica. A nota da CNI em 2006, logo que o Mercosul aprovou a entrada daquele Estado é bastante reveladora disso.

A baixa participação do bloco em acordos mais relevantes do ponto de vista econômico significa dificuldades imediatas reduzidas nesta área. Contudo, os acordos em negociação e as iniciativas futuras estarão sujeitas à coordenação com o novo membro, o que deverá aumentar a dificuldade na definição de posições comuns do bloco nas negociações comerciais.

O eventual relançamento das negociações do Mercosul - UE poderá ser um teste importante. As dificuldades intra-Mercosul na oferta de produtos industriais (Ex: setor automotivo) e as negociações na área agrícola devem ganhar complexidade adicional com a entrada da Venezuela.

Em particular, os entendimentos do Mercosul com os EUA (CNI, 2006^a, p.10).

Nesse ponto fica evidente a postura pragmática que essa fração tem diante da integração regional, a ela interessa a integração estritamente comercial. Sem contornos políticos e sem projetos mais profundos que não estejam ligados à esfera econômica. A integração física e energética ganha apoio, mas a integração política não. De certa forma, interessa o caráter intergovernamental e a baixa interação entre as políticas nacionais. Segundo Vigevani et al. (2008, p.6)

a estrutura do Mercosul tal como construída em seus primeiros quinze anos, de 1991 até 2007, é adequada às percepções de parte das elites brasileiras, que teriam seus interesses atendidos nessa estrutura existente. Esse modelo seria suficiente para dar sustentação considerada possível, ou a liberação desejada, às ações internacionais do país na Organização Mundial do Comércio (OMC), nas relações com a União Europeia (UE) e com os Estados Unidos, tornando o país independente dos constrangimentos de uma União Alfandegária e de um Mercado Comum apoiados sobre maiores níveis de institucionalização. Esses maiores níveis, nessas perspectivas, condicionariam os Estados-parte, mesmo considerando o diferencial de poder.

De 2008 ao período atual – ascensão e crise do neodesenvolvimentismo

A eclosão da crise financeira nos Estados Unidos em 2008, a diminuição do preço das commodities, que havia possibilitado um ciclo de crescimento econômico na América do Sul entre 2003 e 2008, e o novo papel da economia chinesa no sistema internacional, marcaram o início de uma nova fase no Mercosul. Essa fase é marcada por uma crise interna, gerada também dos limites e contradições das políticas neodesenvolvimentistas no Brasil e na Argentina, e pela ofensiva do capital financeiro e do imperialismo sobre os governos progressistas, a começar pela deposição do presidente Fernando Lugo no Paraguai em 2012, e depois as crises políticas na Venezuela, na Argentina e no Brasil.

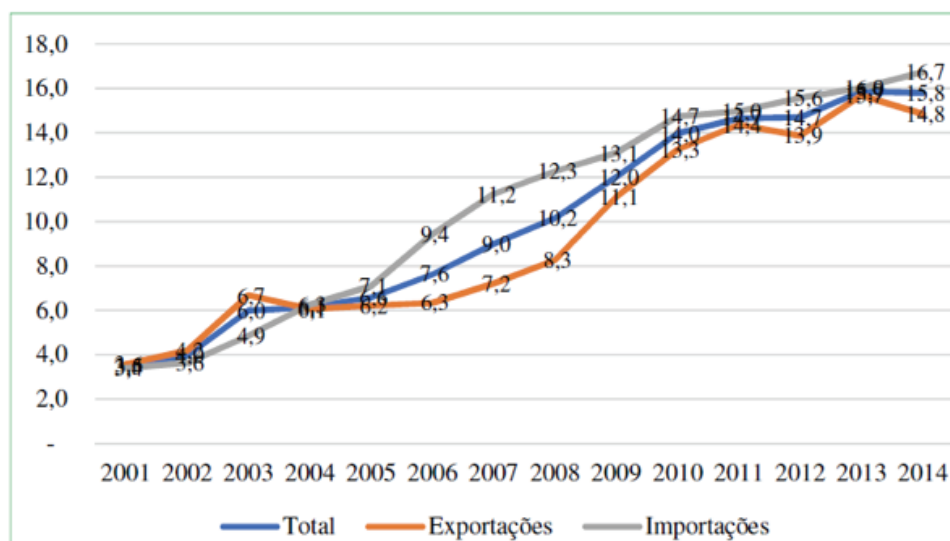
No âmbito interno, houve uma busca por aumentar os compromissos políticos como a criação da Unidade de Participação Social, que ficou responsável por organizar as Cúpulas Sociais e pensar formar de harmonizar as políticas sociais comuns aos Estados-parte, e aprovou-se a Nova Carta Laboral em 2015. Criou-se também o Instituto de Política Públicas e Direitos Humanos que, dentre outras ações, organizou o Acervo Documental Condor – iniciativa que visava passar a limpo a história da Operação Condor levada à cabo nos anos 1970 - e fortaleceu as expectativas de avanços na implantação da cidadania regional e de uma política migratória.

No entanto, as Cúpulas Sociais, apesar de terem sido realizadas interrompemente desde 2006, não lograram garantir um espaço de influência real aos movimentos sociais, organizações não-governamentais e centrais sindicais. As declarações finais dos encontros guardam pouca relação com as decisões dos encontros dos chefes de Estado. Até agora só o Uruguai e a Argentina realizaram eleições diretas para o Parlamento do Mercosul, e há poucas políticas nas esferas da educação e da cultura que podem possibilitar maior envolvimento dos cidadãos com o processo de integração. No atual estágio, o bloco ainda se configura como um processo “cima para baixo” e não “de baixo para cima”. Isto é: há pouco envolvimento dos setores populares e das entidades de representação de classe no processo, assim como ainda não há uma massificação ideológica acerca da integração regional, capaz de enraizar na população o sentimento de pertencimento de uma coletividade política e social sul-americana.

No âmbito externo, buscou-se a expansão do bloco, com a incorporação do Estado venezuelano em 2012, e a aprovação do protocolo de adesão do Estado boliviano em 2015. Ademais, o Mercosul firmou acordos comerciais com Israel (2007), com a União Aduaneira da África Austral – SACU – (2008), com a Índia (2009), com o Egito (2010) e com a Autoridade Palestina (2011). Também houve um forte movimento para tentar acelerar a implantação dos acordos de tarifa zero com os Estados peruano, chileno e colombiano, que visa contrapor-se à assinatura da Aliança para o Pacífico firmada em 2012. Nesse ponto, cabe destacar que em 2013 e 2014, o comércio entre o Brasil e os países da Aliança do Pacífico foi superior a 5% do total do comércio exterior do país com o mundo. Em 2013, o total de exportações brasileiras para esses países superou 13,4 bilhões de dólares, sendo 11,1 bilhões em produtos industrializados. Em 2014, o montante das exportações foi acima de 12,8 bilhões de dólares, sendo 9,8 bilhões em produtos industrializados (Fonte: Ministério da Indústria e Comércio Exterior, 2015). Em outubro de 2015 o Estado brasileiro e o Estado colombiano firmaram um Acordo de Facilitação de Investimento, um Acordo Automotivo, e aumentaram o compromisso das reduções tarifárias em dentro do Acordo de Complementação Econômica 59 (ALADI), abrangendo produtos siderúrgicos e têxteis e sinalizando a expansão para produtos plásticos.

Ademais, é importante salientar que o fluxo comercial da região com a China alcançou níveis elevados. Trazendo desafios inesperados para o Mercosul. Como se pode notar no gráfico abaixo:

Participação da China nas exportações, importações e comércio total do Mercosul (2001-2014) (em%)



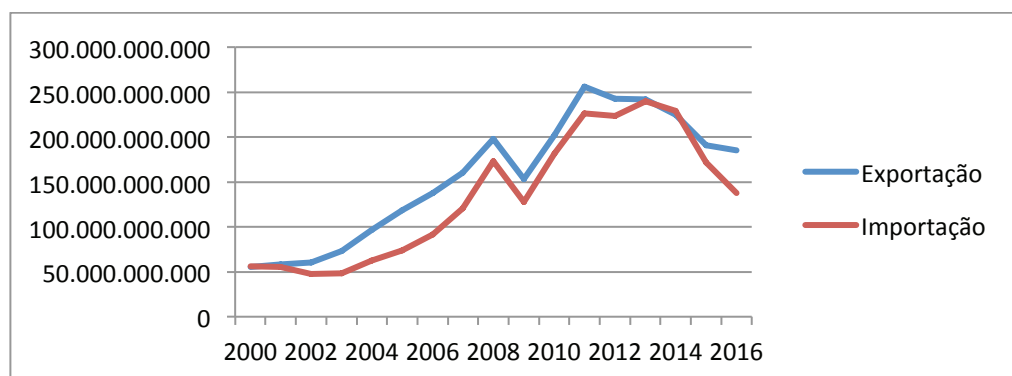
Fonte e elaboração: Bastos e Hiratuka, 2017.

Mais de 60% das importações são de bens e serviços de média e alta tecnologia, enquanto a pauta de exportações do Mercosul para a China é mais de 80% em produtos básicos e primários. Fora isso, a América Latina, entre 2005 e 2010, recebeu 19.5% do Investimento Externo Direto Chinês. Em 2010 e 2011, o Brasil recebeu 36,1% do IDE chinês e a Argentina 17,5% (IPEA, 2011). Desde 2015, os Estados brasileiro e argentino firmaram diversos acordos bilaterais de parceria tecnológica e investimento em infraestrutura com o Estado chinês, quadro que vem se aprofundando a cada ano.

Esse quadro, nos leva a nos fazermos as seguintes perguntas: se durante os últimos treze anos (2003-2015) a política externa, em especial, as políticas de fortalecimento da integração regional, foram um dos principais instrumentos para a plataforma neodesenvolvimentista dos governos PT (Berringer, 2015), diante da crise política e econômica, como está o Mercosul? Qual é a posição da grande burguesia interna dentro da atual crise política no Brasil? Vejamos a seguir alguns elementos sobre essas questões.

Desde 2009, quando a Argentina passou registrar quedas na produção interna e nas exportações, o Estado argentino adotou medidas para conter as importações brasileiras, como a exigência de certificados de importação (licenças não automáticas). Essas imposições e a queda nas exportações Brasil-Argentina em 2009, 2011, 2013 e 2014, como se pode ver no gráfico abaixo.

Balança comercial Brasil Argentina 2000-2016 - bilhões U\$



Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Elaboração da autora

A queda nas trocas comerciais levaram a grande burguesia interna brasileira a ter uma postura mais crítica em relação ao Estado vizinho. A CNI mesmo reconhecendo a superioridade da indústria brasileira *vis a vis* a da Argentina pediu que o Estado brasileiro abrisse um painel na Organização Mundial do Comércio contra a Argentina e a adotasse medidas de retaliação (CNI, 2009c). A entidade editou ainda notas técnicas e enviou cartas ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Miguel Jorge (CNI, 2009a)³. E em 2010, no documento de posição eleitoral (CNI, 2010), declararam que o Mercosul é um importante espaço econômico para a indústria brasileira tanto para as exportações de manufaturados como para os investimentos externos direto e demandaram que o Estado brasileiro assumisse a liderança do bloco, fazendo respeitarem-se as regras e contribuindo para a coordenação das políticas nacionais de desenvolvimento (CNI, 2010).

Em 2012, demonstrando consonância com os avanços da Unasul, a Fiesp organizou em abriu de 2012 um Seminário sobre a Infraestrutura Regional, cujo resultado foi a publicação de um livro sobre o tema, que reflete o entusiasmo da entidade com os projetos da Cosiplan. Em novembro de 2015, a entidade organizou também um seminário sobre Integração Produtiva na América do Sul. Mas, nos documentos da Fiesp, CNI e Ícone dos últimos três anos (2012, 2013 e 2014) as manifestações de descontentamento cresceram em relação ao bloco. Essas entidades passaram a criticar as imperfeições da implantação de uma zona de livre-comércio no Mercosul e, concomitantemente, iniciaram um ataque à União Aduaneira, pedindo o abandono desse compromisso a fim de garantir maior liberdade ao Estado brasileiro na arena internacional. Questionam os custos e implicações que o bloco passou a representar na política externa brasileira, supondo que seja um entrave para a adesão de outros acordos bilaterais.

Nessa esteira, o acordo Mercosul-União Europeia, que voltou à mesa de negociações em 2010, depois de ter ficado parado seis anos, acabou ganhando maior apoio da grande burguesia interna. Essa mudança de posição chama atenção. No estudo técnico realizado pela Fiesp e pelo Ícone, em 2012, demonstra-se que o agronegócio seria o setor mais beneficiado pela aprovação do Acordo, como de poder ler no trecho abaixo:

Nas discussões multilaterais que visam à liberalização do comércio internacional, a UE e o Brasil têm apresentado posições divergentes quanto ao grau de abertura em diferentes setores, da mesma maneira ao que ocorre com os EUA. A UE, em geral, defende uma maior proteção aos produtos agrícolas e da indústria de alimentos, além do livre comércio de diversos produtos industriais, enquanto o Brasil apresenta um posicionamento oposto na maior parte desses setores.

Esse fato faz com que as negociações regionais que visem a um acordo de livre comércio entre os blocos sejam pautadas por opiniões polarizadas, que podem se tornar obstáculos para a concretização da iniciativa. (Fiesp & ICONE, 2012, p.57)

O acordo comercial birregional provoca mudanças expressivas nas exportações brasileiras de produtos do agronegócio para o bloco europeu. [...] A maioria dos setores da indústria apresenta ganhos relativamente pequenos, se comparados aos incrementos do setor agrícola (*idem*, p.58).

3 É importante notar que a posição mais crítica em relação ao bloco foi mais vociferada pela CNI do que pela Fiesp. Esta entidade parece ter uma visão mais estratégica em relação ao Mercosul. Em entrevista ao programa "RodaViva" da TV Cultura no dia 28 de maio de 2012, Paulo Skaf chegou a defender a necessidade de reverter o superávit econômico do Brasil no comércio bilateral, posto que uma crise profunda na Argentina poderia afetar a economia brasileira. Além disso, recomendou que o governo estendesse a política de compras governamentais aos produtos argentinos.

Apesar dessa constatação, nos documentos de 2013 e 2014 a Fiesp (2013) e a CNI (2014) declaram forte apoio a assinatura do acordo. O que estaria por trás dessa posição? A nossa hipótese é que após com a suspensão do Estado paraguaio, logo após quando o golpe de Estado que depôs o presidente Fernando Lugo, e a entrada do Estado venezuelano, o receio em relação ao caráter político do Mercosul se acentuou. A concomitância entre a suspensão do Estado paraguaio e a entrada do Estado venezuelano foi interpretada pela oposição como uma “manobra” do Estado brasileiro a fim de favorecer o governo de Hugo Chávez. Passou-se então a uma campanha de denúncia do caráter político em detrimento dos compromissos econômicos do Mercosul. Passaram a defender que o acordo é uma oportunidade e uma necessidade para a reversão do quadro de baixo crescimento econômico. Além dos elementos supracitados, acreditamos que os novos acordos de investimentos e serviços como o Acordo sobre Comércio e Serviços (TISA), o Acordo Transpacífico (TPP) e o Acordo Transatlântico, também acabaram desempenhando um papel importante na tomada de posição da grande burguesia interna brasileira. Retomou-se o receio de que a economia brasileira fique isolada. Percebe-se que assim como no início dos anos 1990, a grande burguesia interna parece acreditar que deve se adequar “a globalização neoliberal” e as novas formas de organização políticas e econômicas lideradas pelos Estados imperialistas.

Cabe lembrar ainda que o Brasil foi retirado do Sistema Geral de Preferências da Europa em 2014, perdendo uma redução tarifária importante (Fiesp, 2014). Ademais, até agora, apesar de inúmeras acusações sobre a posição contrária do Estado argentino em relação ao acordo, a União Europeia não apresentou uma proposta de redução do protecionismo agrícola, enquanto o Mercosul se diminuir quase 90% das tarifas de importação de produtos industrializados.

Enfim, as posições críticas à política externa dos governos petistas ganharam força, como se pôde notar na disputa eleitoral para presidentes em 2014 e nas manifestações da direita nos dias 15 de março e 12 de abril de 2015 nas principais capitais no país. As acusações da “ideologização”, “bolivarianismo” e de isolamento da atuação internacional do Estado brasileiro tornou-se parte das bandeiras dos setores que apoiaram o impeachment da presidenta Dilma e parecem ter ganhado apoio da grande burguesia interna.

Considerações finais

Acreditamos que apesar da grande burguesia interna ser a maior beneficiária do Mercosul, ela tenha uma posição oscilante que decorre da relação de dependência econômica e financeira e da sua fragilidade político-ideológica face ao imperialismo. Ela não se interessa por um processo de integração regional anti-imperialista e popular. Isso tem sido uma postura recorrente na história.

Sustentamos que a entrada do Estado venezuelano, o início das negociações para a entrada do Estado boliviano, assim como o avanço da implantação de políticas sociais no Mercosul, como a criação da Unidade de Participação Social, apontaram para as classes dominantes brasileiras que estaria em curso a aliança entre os governos progressistas para um projeto de maior autonomia e conflito com o imperialismo. Somou-se também a reação política e ideológica da classe média alta, liderada pela imprensa e por setores conservadores contrários a política externa dos governos PT. que assim Assim como a União Democrática Nacional (UDN) e Carlos Lacerda temiam a união entre Vargas e Perón em 1953 e 1954 e rechaçaram a posição defesa da autodeterminação de Cuba em 1961. O rechaço à proposta do Pacto ABC de Perón pautou-se pela rejeição à “terceira via” defendida pelo Presidente Argentino durante a Guerra Fria, e o temor da aliança entre governos “sindicalistas” (progressistas) daquela época. Essas posturas em diferentes momentos históricos, indicam que a burguesia interna brasileira não aceita possíveis contornos anti-imperialistas na integração regional, preferindo abrir mão dos benefícios que obtém com o bloco em

nome da manutenção dos seus interesses políticos de longo prazo, que inclui a rejeição às políticas de distribuição de renda e de aproximação política ou criação de alianças entre governos progressistas na região. O que confirma a nossa hipótese de que essa fração não se caracteriza por uma burguesia nacional, dotada de projeto político e disposta a se aliar aos setores populares.

Ademais, no processo de impeachment da presidenta Dilma e de crítica à política externa sul-sul somou-se o novo papel da China na economia mundial, que acabou tendo um enorme impacto no Mercosul, a crise economia e política na Argentina, o maior parceiro do Brasil, e as negociações dos mega-acordos de investimentos lideradas pelos Estados Unidos. Esses elementos contribuíram para que houvesse a falsa percepção de que a política externa sul-sul teria levado o país a um isolamento da economia mundial. Como se houvesse oportunidades que estivessem sido abandonadas.

Em suma, o projeto de integração que mais se aproxima do ideário da grande burguesia interna é uma zona de livre comércio e de liberdade para investimentos diretos, sem compromissos políticos e com baixa institucionalidade. Assim, percebe-se que um Mercosul multidimensional (comercial, social e político), apesar de garantir os interesses dessa fração de classe dominante, é uma composição entre os interesses da grande burguesia interna com interesses das classes populares, de parte da diplomacia e dos setores organizados da esquerda (movimentos sociais e centrais sindicais) e uma vez que a frente neodesenvolvimentista entrou em crise, o projeto de integração também acaba entrando em um novo processo.

Referências bibliográficas

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Brasil e a América do Sul. IN: *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BASTOS, Pedro Paulo Z. HIRATUKA, Célio. A política externa econômica do governo Dilma: comércio, cooperação e dependência. IN: *Texto para Discussão nº360*, Instituto de Economia da Unicamp, 2017.
- BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Ed. Appris, 2015.
- BOITO Jr, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão. *As três camadas da política externa do governo Collor: poder, legitimidade e dissonância*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) Programa San Tiago Dantas, Unicamp, 2011.
- CEPAL. O Mercado Comum latino-americano. BIELCHOWISKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Vol 1. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000a. pp.349-371.
- CEPAL. Regionalismo aberto na América Latina e no Caribe. IN: BIELCHOWISKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Vol 2. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000b. Pp.937-958.
- CRUZ e SILVA, Érica. *A atuação do empresariado brasileiro no governo Lula: o posicionamento da CNI sobre questões internacionais*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2011.
- FARIAS, Francisco. *Estado e classes dominantes no Brasil (1930-1964)*. Tese (doutorado em Ciência Política), Unicamp, 2010.
- FLORESTAN, Fernandes. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- FUSER, Igor. Integração energética na América do Sul: um debate político. IN: *Anuário da Integração de*

- América Latina y el gran Caribe*, 2010.
- GOBENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Editora brasiliense, 1981.
- HONÓRIO, Karen dos Santos. *O significado da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA) no regionalismo sul-americano (2000-2012): um estudo sobre a iniciativa e a participação do Brasil*. Dissertação (mestrado pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais) San Tiago Dantas, 2012.
- IPEA. *Comunicados do IPEA nº121 - As relações do Mercosul com Estados Unidos e China ante o deslocamento do centro dinâmico mundial*, 2011.
- MARINI, Rui Mauro. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000.
- MARTUSCELLI, Danilo E. A burguesia mundial em questão. In: *Revista Crítica Marxista*, nº30, 2010.
- _____. *Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil*. Curitiba: Editora CRV, 2015.
- MELLO, Flávia de Campos. *Regionalismo e inserção internacional: continuidade e transformação da política externa brasileira nos anos 90*. Tese (Doutorado em Ciência Política) USP, 2000.
- PECEQUILLO, Cristina. *As relações Brasil-Estados Unidos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- _____. A América do Sul como espaço geopolítico e geoeconômico: O Brasil, os Estados Unidos e a China. IN: *Carta Internacional*, vol. 8, nº2, 2013.
- POULANTZAS, Nicos. *Crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.
- _____. *Classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- SABBATINI, Rodrigo. Mercosul e a internacionalização comercial do Brasil IN: LAPLANE, Mariano; COUTINHO, Luciano & HIRATUKA, Célio (orgs). *Internacionalização e desenvolvimento da indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Unesp, 2003.
- SALLUM, Jr, Brasília. Governo Collor: o reformismo neoliberal e a nova orientação da política externa brasileira. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, nº2, 2011.
- VIGEVANI, Tullo et al. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Nº51, Vol. 1, pp.5-27.
- VIGEVANI, Tullo. & RAMANZINI, Haroldo. Autonomia, integração regional e a política externa brasileira: Mercosul e Unasul. IN: *A nova política externa brasileira: balanços e perspectivas*. São Paulo: Instituto de Estudos Contemporâneos e Cooperação Internacional. 2013.

Documentos

- CNI. *A indústria e o Brasil: uma agenda para o crescimento*. Brasília, 2002.
- _____. *Mercosul: dificuldades de agenda interna e o avanço do comércio*. Agosto 2005.
- _____. *Adesão Venezuela ao Mercosul: agenda e interesses econômicos do Brasil*, Janeiro, 2006a.
- _____. *Crescimento: a visão da indústria*. Brasília, 2006b.
- _____. *Comércio Exterior em Perspectiva*. Informativo da Confederação Nacional da Indústria. Ano 16, nº8.9, maio e junho de 2007a.
- _____. *Os interesses empresariais brasileiros na América do Sul: investimentos diretos no exterior*. Brasília: 2007b.
- _____. *Carta nº089/2009-PRES*. 16 de março de 2009a.
- _____. *Carta nº090/2009-PRES*. 2009b.
- _____. *Medidas unilaterais da Argentina: uma nova estratégia brasileira*, 2009c.
- _____. *A indústria e o Brasil: uma agenda para crescer mais e melhor*, 2010.

- FIESP. Propostas de integração externa da indústria – Documento de posição. 2014. Disponível em <www.fiesp.com.br>. Acesso em: 10 de junho de 2015.
- FIESP & ICONE. Análise quantitativa das negociações internacionais – Relatório do Projeto. 2012. Disponível em <file:///C:/Users/berringer.tatiana/Downloads/AnaliseQuant_Relatorio.pdf>. Acesso: 15 de junho de 2015.
- FIESP. Documento de posição – agenda de integração externa, 2013.
- FIESP. Documento de posição. Proposta de integração externa da indústria, 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Para CNI, salvaguardas da Argentina geram retrocesso no Mercosul*. 02 de fevereiro de 2006.